

- TEDESCHI RC, Calhoun LG: Trauma & Transformation, Sage Publications, London, 1995.
- TENNEN H, Affleck G: Blaming others for threatening events, Psychological Bulletin, 108: 209-232, 1990.
- ULLMAN SE: Adult trauma survivors and post-traumatic stress sequelae: an analysis of reexperiencing, avoidance, and arousal criteria, J Trauma Stress, 8(1): 179-188, 1995.
- VAN DER Wal J: The aftermath of suicide: a review of empirical evidence, Omega, 20: 149-171, 1990.
- VIANO EC: Victimology today: major issues in research and public policy, In: Tobolowsky PM, Understanding victimology: selected readings, Cincinnati, Anderson Publishing Co, 2000.
- VIEIRA DN: A «missão» de avaliação do dano corporal em Direito Civil, Sub Judice, 17: 23-30, 2000.
- WIEVIORKA M: Sociétés et terrorisme, Paris, Fayard, 1988.

O MEDO À CIDADE

LUÍS FERNANDES

Professor Associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

RESUMO

Os temas das zonas urbanas degradadas e do aumento da criminalidade têm adquirido grande centralidade na difusão de imagens mediáticas sobre a vida urbana. Esta difusão provoca efeitos tanto ao nível da experiência individual na vivência da cidade como ao nível das políticas levadas a cabo para intervir nos chamados «problemas sociais». Em suma, nesta comunicação trataremos de situar os contornos e as consequências daquilo a que temos vindo a chamar a imagem predatória da cidade.

INTRODUÇÃO

«As ilhas da raiva – Cova da Moura, um bairro a ferro e fogo, um morto e um polícia ferido» (*Visão*, 13/12/2001); «Inferno às portas de Lisboa – Bairro 6 de Maio, um morto em confrontos com a PSP» (*Expresso*, 10/07/2004); «Mega-operação – ministro patrulha Lisboa ao lado da PSP. Cova da Moura, Meia-Laranja, Intendente, Estação da CP, Cais do Sodré: locais visitados pelo ministro para observar a actuação policial, demonstrando a relativa tranquilidade da noite lisboeta.» (*Visão*, 13/02/2004); «Zona de risco e novos roubos. Fogo no contentor: na Cova da Moura, Amadora, o novo modo de assaltar automobilistas é incendiar contentores de lixo e empurrá-los para a estrada. O condutor pára e os assaltantes abrem a porta do lado direito e roubam tudo o que conseguirem, refugiando-se depois no labiríntico bairro.» (*Diário de Notícias*, 12/12/2004); «A lama, o latão, o lixo, as janelas partidas, os *graffittis* nas paredes, sucatas de carros, as barracas e pessoas no Vale dos Leprosos» – sobre o S. João de Deus (*Público*, 12/12/2002); «Vandalismo e violência aterrorizam Pasteleira Nova» (*Jornal de Notícias*, 22/03/2006).

Estes títulos de imprensa são uma curta amostra dum tema que tem vindo a tornar-se, desde os anos 80, particularmente insistente. O que há de comum entre estas várias notícias? O bairro problemático, a pobreza, a violência – a ameaça constituída pelas populações que habitam os espaços desqualificados nos grandes palcos urbanos. Estes elementos são hoje centrais na narrativa que temos vindo a construir sobre a grande cidade, confundindo num conglomerado inextricável causas e efeitos, associando pobreza a desordem, desfavorecimento social a anti-socialidade. A exacerbação destas imagens cria um clima mais propício a transformar este quadro em caso de polícia do que a procurar intervir com serenidade e fundamento nos factores que têm vindo a aprofundar as desigualdades e as clivagens nas grandes áreas urbanas¹.

O medo à cidade não é novo nem é simples. Enquanto medo, remete fundamentalmente para o espaço psicológico dos indivíduos; sendo medo à cidade, remete para um contexto particular de vida, que tem vindo desde a Revolução Industrial a tornar-se progressivamente no habitat que congrega a maioria dos indivíduos nos países ocidentais. Tomaremos, neste texto, medo à cidade e sentimento de insegurança como sinónimos. O medo à cidade tem sido relacionado de um modo consistente com a percepção de sinais de desordem no espaço urbano por parte dos seus frequentadores (Taylor, 1987; Skogan, 1990). Estes sinais podem ser físicos (edifícios abandonados, equipamentos vandalizados, iluminação pública danificada...) ou sociais (alcoolismo público, toxicodependentes de rua, vandalismo...). Os signos de desordem envolvem sempre a exposição pública de incivildades, sendo susceptíveis de ser associados com o abandono e a negligência. São percebidos como atentatórios aos valores comuns das comunidades e sentidos como problemas pela generalidade dos habitantes.

Em Portugal, a questão da insegurança, do crime e da ordem pública ganha uma importante dimensão no debate colectivo na década de 90, marcada pela crença no aumento da criminalidade, pela perda de confiança nas instâncias de controle social e pela emergência da insegurança como problema social. Machado e Manita (1999), investigando sobre a expressão do sentimento de insegurança no Porto, mostram que ele é intenso na vivência do portuense, focado na preocupação com o crime violento e associado à percepção do aumento da criminalidade, reflectindo-se na adopção de estratégias defensivas.

¹ Atente-se, a título de exemplo, na reacção do presidente da Câmara Municipal do Porto aos acontecimentos recentes no bairro da Pastelaria Nova: «Quando as pessoas não têm um comportamento adequado, a Câmara pode retirar a casa e despejá-las. Não tenho tutela sobre a PSP. Posso tentar explicar à polícia que ela tem de intervir, mas nem sempre compreendem isso» JN, 22/03/2006; por sua vez, a vereadora da habitação, depois de convidar os moradores a denunciarem os vizinhos mal comportados, concluiu que «sem provas, não é possível despejar as famílias que perturbam».

Referem ainda uma forte espacialização do medo, o «problema da droga» como sua principal justificação e a figura do toxicodependente como seu agente. Com efeito, também nós encontramos no toxicodependente de rua uma figura do medo, com uma importância crescente ao longo dos anos 90 (Fernandes e Pinto, 2004).

1. BROKEN WINDOWS À PORTUGUESA

A paisagem nas grandes cidades dos países do capitalismo avançado conheceu, a partir da década de 80 do século passado, um agravamento dos sinais de desordem. Não entraremos aqui nas suas razões profundas mas sempre diremos que elas se prendem em grande parte com as alterações do mercado de trabalho, fruto da globalização, que levaram ao empobrecimento de largas camadas populacionais vítimas da retracção dos postos laborais e forçadas ao desemprego de longa duração e à participação num contingente de mão-de-obra flutuante, ao sabor das necessidades de curto prazo em sectores de actividades que se têm alimentado da precariedade do vínculo laboral. Os fluxos migratórios gerados pela mundialização do mercado laboral e pela acentuação do desequilíbrio na distribuição da riqueza entre «mundo rico» e «mundo pobre» têm reconfigurado a estrutura populacional nas grandes cidades. A emigração clandestina tem tido um papel importante na alimentação de certos segmentos da economia, constituindo um factor de instabilização do ambiente urbano, originada pelas condições em que é obrigada a sobreviver (errância pela urbe, mendicidade, múltiplas situações de desabrigo). Como já salientámos atrás, o fenómeno droga vem concorrer para esta paisagem de crise, contribuindo entre nós com duas figuras da desordem muito presentes no sentimento de insegurança: o toxicodependente de rua, cuja modalidade mais típica é a do arrumador, e os «bairros das drogas», que concentrariam o mercado de substâncias psicoactivas e as múltiplas ilegalidades em seu torno.

Esta crise urbana, fortemente amplificada pelos meios de comunicação social, colocava em causa a eficácia da gestão política das cidades. Os seus líderes viam-se confrontados com o sentimento geral resumido na frase «é preciso fazer qualquer coisa». Poderíamos seguir aqui as respostas policiais e penais ao aumento da criminalidade de rua ou ao papel mais nítido que tem vindo a ganhar a delinquência juvenil; poderíamos seguir o labor da comunidade científica, que tem vindo a constituir o sentimento de insegurança como um objecto de estudo e a monitorar o medo gerado pelos habitats urbanos nos

seus residentes e frequentadores; poderíamos seguir o curso ao desenvolvimento de respostas de intervenção social, de que são exemplo as estruturas e projectos dirigidos às pessoas em situação de emergência social ou de «exclusão social extrema». Focar-nos-emos, no entanto, no modo como as políticas de cidade se confrontam com os fenómenos geradores de sentimento de insegurança situáveis na ecologia do habitat urbano, ao nível dos sinais físicos e sociais de que falámos atrás. Recorreremos com frequência às políticas de cidade levadas a cabo no Porto desde que alguns sinais de desordem se agudizaram na cidade, de modo a problematizar a intervenção em situações-problema geradoras de sentimento de insegurança.

O *broken windows* é o nome pelo qual tem vindo a ser designado um certo estilo de política de cidade que dá prioridade à eliminação dos sinais visíveis de desordem, detendo-se menos nos factores que desencadeiam os desequilíbrios responsáveis pela instalação de tais sinais². Corresponde a uma atitude que visa libertar os espaços frequentados da urbe de tudo e de todós quantos possam ser lidos como elementos de desordem. Trata-se de uma leitura linearista dos enunciados teóricos que, dum ponto de vista da lógica estritamente científica, estão bem evidenciados: a percepção de sinais físicos e/ou sociais cuja significação aponte para o abandono, o declínio ou a negligência têm tendência a gerar evitamentos e medos nos espaços públicos. A ideologia do *broken windows*, interpretada magistralmente pela gestão da Nova Iorque dos anos 90 pela mão do seu *mayor* Giuliani e de Bratton, o chefe máximo da polícia, consiste na perseguição meticulosa aos grandes ícones da cidade em desalinho – coisa que pode variar um pouco de cidade para cidade.

No Porto dos anos 90 estes ícones concentraram-se em torno dos arrumadores e dos «bairros das drogas». O conjunto dos dois ícones correspondia a uma grande parte do tecido urbano, pois os arrumadores ameaçavam os espaços centrais e o mercado das drogas duras ameaçava os espaços periféricos que, por sua vez, por um efeito de refluxo, ameaçavam os espaços centrais. Ao longo de toda a década, aumentará a visibilidade directa dos arrumadores e a visibilidade mediática dos «bairros das drogas». Perante a constatação do mal-estar provocado no cidadão comum, quantificada através do crescimento do sentimento de insegurança, a Câmara Municipal do Porto decide empreender acções focalizadas sobre estes objectos. A partir do início do novo século, com a mudança política do executivo camarário, mantém-se a centralidade deste objectivo mas há

uma reorientação do seu *modus operandi* que, muito sinteticamente, corresponde à aproximação a estratégias inspiradas pelo *broken windows*³.

2. BAIROS SOCIAIS PROBLEMÁTICOS

A associação entre o «bairro social degradado» e o «problema da droga» constitui-se-á como um dos mais evidentes sinais de disfunção urbana. Portugal, a este respeito, limita-se a partilhar do destino que estas unidades socio-espaciais parecem talhadas para desempenhar no jogo incessante entre a ordem e a desordem:

«Desde há alguns anos ascende na Europa um desses pânicoes morais capazes, pela sua dimensão e pela sua virulência, de inflectir as políticas estatais e de redefinir duradouramente a fisionomia das sociedades que afecta. O seu *objecto aparente*: a delinquência dos «jovens», as «violências urbanas», as desordens múltiplas cujo crisol seriam os «bairros sensíveis», e as «incivildades» cujas vítimas principais e primeiros culpados se supõe que são os moradores desses mesmos bairros. Convém manter entre aspas todos estes termos, porque a sua significação é tão fluida como os fenómenos que supostamente designam, e a propósito dos quais nada prova que sejam próprios dos «jovens», de certos «bairros» ou, ainda menos, «urbanos.» (Wacquant, 2001)

Estas zonas, numa imagem organicista da cidade, são vistas como excrescências. Na medicina, as excrescências extirpam-se. Este raciocínio mecanicista pode ser aplicado à gestão urbana: «A única forma de controlar o crescimento deste flagelo (o consumo e tráfico de drogas), e das actividades ilícitas que o envolvem, era executar uma intervenção de fundo naquele cancro da cidade.» (ex-vereador da habitação e acção social, a propósito do S. João de Deus). A «intervenção de fundo» começou por expulsar «famílias de traficantes» sem direito a realojamento, pulverizando em seguida uma série de agregados familiares por outros bairros da cidade, sem qualquer trabalho social, tanto na preparação do despejo como na do realojamento.

Os mecanismos que têm vindo a agudizar a pobreza e a segregação entre a «boa» e a «má» cidade situam-se muito para lá dos espaços urbanos em si mesmos. Podemos remontá-los a uma necessidade primordial de defesa que histori-

² A expressão foi consagrada a partir de um artigo de Wilson e Kelling (1982). Este artigo inspirou leituras simplistas que vieram a estar na base das políticas de tolerância zero relativas aos indivíduos e grupos tidos como problemáticos para a boa ordem da urbe.

³ Não é certeza uma mera coincidência a vinda de Rudolph Giuliani ao Porto a convite do novo executivo camarário, que iniciou o seu mandato em 2002. E é certeza inspirado no estilo musculado do ex *mayor* de Nova Iorque que o vereador da acção social da CMP profere uma afirmação que viria a alimentar durante uns tempos o folclore mediático: prometeu que se ao fim de um ano ainda houvesse um arrumador nas ruas do Porto se demitiria do seu cargo.

camente passou por expulsar para fora de portas infames, criminosos e loucos perigosos, ou por, com o advento da cidade industrial manter cuidadosas espacializações que impediam demasiado contacto entre as «classes perigosas» e os cidadãos de bom estatuto – em suma, a segregação espacial era a tradução topográfica das estratificações moral e social. Nas últimas décadas, o processo de desindustrialização em curso nos países do capitalismo avançado acarreta uma crise profunda das zonas urbanas e peri-urbanas que alojavam o operariado, estilhaçando-o enquanto categoria social e arrastando numa espiral de empobrecimento estas zonas e grupos populacionais⁴.

Estas zonas transformaram-se, fruto do desinvestimento público e das dificuldades económicas dos seus residentes, num *locus* privilegiado para a instalação de economias informais. A sua posição no conjunto do tecido urbano tornava-as, por outro lado, naturalmente resistentes ao controle formal vindo do interior da cidade dominante. Conjugados estes factores, o seu estatuto face ao resto da cidade rapidamente evoluiu para uma identidade socio-espacial marcada pela exclusão e pelas economias criminais. O protagonismo mediático que atingiram foi tornando inevitável uma intervenção dos poderes públicos. É neste contexto que se intervém na segunda metade da década de 90 no Casal Ventoso, principal território psicotrópico de Lisboa e, no início desta década, no S. João de Deus, de estatuto equivalente ao nível do Porto. Estas intervenções, rotuladas de operações de renovação urbana, são marcadas por grande ambiguidade: requalificam espaços ou expulsam famílias? Devolvem os espaços recuperados aos seus habitantes originários ou reentram no mercado imobiliário? É útil retirar daí actividades e indivíduos indesejáveis ou é mais funcional mantê-los aí concentrados? Atentemos no que escreve Enrique Ilundain (2004) a propósito do mais conhecido e estigmatizado território psicotrópico de Barcelona: «Com o tempo, Can Tunis chegou a ser um dos piores (talvez o pior) redutos de marginalidade de Barcelona e Catalunha e, enquanto tal, com certo renome no resto da Europa. Além disso, permaneceu em tal condição pela conveniência generalizada de que toda uma parte da população marginal, com os seus problemas de toxicod dependência, delinquência e problemas de saúde em constante aumento, se mantivesse longe dos escaparates da pujante Barcelona pós-olímpica». Quando Can Tunis se tornou insustentável, sendo equiparado por alguns obser-

vadores a uma catástrofe humanitária à escala local, foi necessário intervir: agora que o *ghetto* era indisfarçável, o modo mais óbvio de resolver o problema era extingui-lo do mapa – e foi o que se fez.

Can Tunis, Casal Ventoso, S. João de Deus: o exemplo mais radical do *broken windows* aplicado às políticas de cidade consiste em demolir o edificado da zona turbulenta e despejar as famílias-problema. Alba Zaluar (1985), mostra como as classes populares ligadas à favela carioca têm sido, ao longo de décadas, instrumento de manipulação nas políticas urbanas, sendo desalojadas e realojadas à força, num processo de construção de relações muito negativas entre favelados e cidade dominante. Isto acontece em muitas cidades do mundo, não raro permitindo nestas operações libertar terrenos que estavam ocupados por populações que não representam mais-valias. Numa única operação de renovação urbana, conseguem-se dois resultados: silenciam-se temporariamente sinais físicos e sociais de desordem, dando a impressão de eficácia na gestão de populações problemáticas, e libertam-se áreas da cidade de modo a reinjectá-las no circuito lucrativo da cidade. O *broken windows*, nesta sua modalidade radical, converte-se no *broken houses*...

O *broken houses*, se não for acompanhado de uma intervenção social minuciosa, é uma estratégia simplista, ineficaz e desrespeitadora dos direitos de cidadania dos grupos mais vulneráveis e empobrecidos. O enfrentar de tais problemas precisa de ter nas políticas de cidade, de cada cidade, respostas pensadas, discutidas e levadas ao terreno por uma rede de actores que vai muito para além da acção policial ou da propaganda camarária do «combate à exclusão social». Desta rede devem fazer parte os representantes da população em causa: a intervenção social faz-se com ela e não contra ela. Doutra modo, limitar-nos-emos a deslocar os problemas de lado para lado. Recorrendo à linguagem utilizada por alguns políticos, remove-se o cancro mas espalham-se metástases. É o que já podemos ir constatando no Porto, com os problemas que estão a ser sentidos noutras zonas de habitação social onde foram realojadas à força famílias retiradas do S. João de Deus. Tal como, há anos, em Lisboa, se foram constatando os efeitos colaterais da operação no Casal Ventoso, trazendo para a ribalta novos espaços candidatos a assumir as funções de economia informal e de plataforma *junkie* que aquele desempenhava.

A forma como os poderes públicos olham de um modo indistinto e homogéneo para estas populações impede-os de ver as trajectórias individuais, os destínos concretos das pessoas e das famílias alvo destas operações de realojamento. Seleccionámos justamente o exemplo da operação de renovação urbana do bairro S. João de Deus porque é suficientemente demonstrativo duma política

⁴ Remetemos para François Dubet e Didier Lapeyronnie (1992) e Loïc Wacquant (2001), que analisam as consequências da desindustrialização nas grandes cidades da Europa e dos EUA. Poderíamos também propor os acontecimentos da *banlieue* parisiense logo alastrados a outras cidades francesas, ocorridos no Outono de 2005, como ilustrativos das consequências da desindustrialização e dos problemas colocados pelas convivências etno-nacionais nos cada vez mais multiculturais espaços urbanos europeus.

de cidade ao estilo *broken windows*: anuncia que irá dismantelar o principal foco de tráfico de droga da cidade, mostra-se implacável para com «os que se aproveitaram do bairro para viver do tráfico» desalojando-os sem direito a realojamento, procede à demolição dum edificado em más condições de conservação e promete reabilitar uma zona da cidade que se tinha transformado num ícone de desordem e incivilidade. No final da operação, dos cerca de 5000 habitantes do bairro deverão restar cerca de 800; o espaço, rasgado por vias de acesso e integrado na cidade adjacente, deverá perder o seu aspecto de enclave. E o que aconteceu às cerca de 4200 pessoas que entretanto terão sido deslocadas? E às pessoas que passaram a ser suas vizinhas? Quais foram as consequências de se quebrarem redes sociais que levam anos a construir e que são ainda o principal suporte dos grupos vulnerabilizados, dado que o Estado Social se mostra incapaz de conter as dificuldades a que têm estado submetidos? Para onde se transferiram – coisa que por enquanto não dá sinais de acontecer – as actividades de mercado das drogas; posto que o seu funcionamento continuará assegurado por toda uma clientela fidelizada pela dependência de drogas duras?

Perante os sinais de desordem, este género de política de cidade funciona num registo de pensamento mágico: se uma coisa deixar de ser visível, ela deixa de existir. Enfim, o exemplo das operações de renovação urbana ao estilo *broken windows* pode pacificar parcialmente uma área problemática, mas transfere os fenómenos considerados problema e as tensões sociais para outras zonas da cidade.

3. ARRUMADORES DE AUTOMÓVEIS

A figura do arrumador de automóveis, que era praticamente residual até ao final dos anos 80, ganhará uma presença crescente ao longo de toda a década seguinte, vindo a ser identificada como um elemento intranquilizador para o cidadão comum. Noutro texto referíamos-nos assim à sua emergência na paisagem da cidade: «A visibilidade do *junkie* aumenta de nitidez à medida que a sua trajectória se vai alongando, submetendo-o, pelo efeito da estigmatização e das más condições em que é obrigado a contactar com as drogas na rua, a uma degradação da sua qualidade de vida, que termina em muitos casos pela deambulação entre as zonas onde angaria recursos para o produto e os territórios psicotrópicos onde se vai abastecer.» (Fernandes, 2003). O arrumador torna a droga visível no centro da cidade, porque o seu modo de existência é visto como uma consequência directa da ruína a que aquela conduz. Ele actualiza na relação diária com o cidadão o argumento central que a comunicação social difun-

diu: tornada elemento perigoso, centro de mafias comerciais onde melhor se anunciou, primeiro do que em qualquer outro sector, a globalização, ou no centro de trajectórias de dependência grave e de marginalidade, a droga parece ser o elemento produtor das novas «classes perigosas» – e ninguém sabe já se ela é causa ou consequência, se vem antes ou depois, se é o agente patológico ou simplesmente o sintoma dum mal-estar civilizacional.

Diz-se que a maioria dos arrumadores são «drógados». Puro reducionismo da complexidade deste actor social. Ele é, isso sim, o resultado do acúmulo/acumular de situações negativas próprias às duras condições de vida inscritas na vida da periferia social. A droga não fez mais do que tornar estes actores visíveis, devolvendo-os à cidade donde estavam meticulosamente afastados por um desenvolvimento que projectava as vítimas da desigualdade para fora da visibilidade do centro. Retornam, agora, impelidos pela ressaca – dotados, pois, de um potencial de perigosidade que é a factura a pagar por uma sociedade que não tem querido meditar nas misérias que a riqueza produz. E se ser arrumador fosse, ironicamente, a única maneira de um indivíduo das margens poder entrar em contacto com o centro?

Digamos, para abreviar, que a reacção pública a essa nova figura do pária a que chamamos arrumador conheceu duas principais fases ao longo da década em que este nasceu e se multiplicou: a primeira, nos anos finais da década de 90, tinha como interrogação de base o «quantos são?» e «por onde andam?»; a segunda, encetada no início do milénio depois de uma mudança política na Câmara Municipal do Porto, tem como interrogações de base o «como tirá-los daqui?» e o «para onde vão?». Terá, necessariamente, de seguir-se uma terceira, sem a qual a intervenção sobre eles é um mero paliativo sem promover nenhuma política social de fundo. Esta terceira fase tem como interrogação «de onde vêm?» – ou seja, que mecanismos e processos profundos estão na base do agravamento das marginalidades e do crescimento da errância urbana?

A primeira fase nasceu da sensibilidade dos gestores municipais a um facto crescentemente identificável: o mal-estar de muitos munícipes face às abordagens de que eram alvo nas principais artérias e praças do Porto. Teve características fundamentalmente exploratórias, mapeando-os na cidade (zonas críticas: Bom Sucesso, Hospital de S. João, Ribeira) e procedendo à estimativa do seu número. Lançou, depois, um projecto-piloto de intervenção nas zonas da Ribeira (centro histórico) e do Bom Sucesso (área intensamente comercial, localizada na Boavista).

A segunda fase, no contexto da mudança política na gestão da cidade, caracterizou-se inicialmente pela vontade de dar destino aos arrumadores, livrando os

espaços públicos da sua presença. A expressão utilizada pelos decisores políticos era a de «erradicação dos arrumadores» e pensava-se actuar em dois níveis: numa primeira abordagem por equipas de rua os arrumadores eram convidados a integrar-se num programa terapêutico levado a cabo num hospital psiquiátrico da cidade; uma segunda abordagem, para os que se mostrassem renitentes a abandonar a rua, era de carácter coercivo⁵. Dito doutro modo, perdida uma primeira oportunidade, o arrumador de carros passava de caso clínico a caso de polícia. Num segundo momento desta segunda fase, houve uma tendência à moderação do discurso de tolerância zero do primeiro momento, por intervenção duma acérrima crítica de sectores políticos e técnicos fora da alçada da Câmara Municipal do Porto. Por outro lado, o próprio projecto de intervenção viria a tornar-se com o tempo de cariz fundamentalmente socio-sanitário.

Decorridos estes anos, o «projecto para a erradicação dos arrumadores» não só não atingiu esse objectivo como nunca monitorizou o que aconteceu aos arrumadores que não aderiram ao programa. Sabemos, através de técnicos que intervêm em equipas de rua, que há pelo menos duas consequências indesejáveis no modo como se actuou para retirar os arrumadores dos espaços públicos: a passagem da heroína fumada para a injectada, de modo a rentabilizar as quantidades de produto que se conseguem adquirir na míngua dos proventos que a arrumação de carros fornecia; o regresso a actividades criminais para financiar o consumo, na falta da moedinha do automobilista – justamente o tipo de delito que mais contribui para o sentimento de insegurança...

Este *broken windows* à portuguesa, embora de dimensão muito mais limitada do que o da Nova Iorque dos anos 90, encarrega-se igualmente de provar que as políticas de cidade deste tipo têm uma eficácia a curto prazo e geram múltiplos efeitos colaterais. Seria necessário encetar agora uma terceira fase, depois do «quantos são?» e do «para onde vão?». São várias centenas, alguns têm ido para um programa socio-sanitário a decorrer num hospital, outros têm regressado aos seus territórios de origem, acossados pela polícia nos lugares onde arrumavam carros. Outros, ainda, continuam nos seus poisos arrumando automóveis. Mas... e donde vêm? Como podemos identificar com clareza os factores e os processos que estão na base destes destinos de errância? As declarações generalistas sobre os «factores de exclusão» são fáceis de enunciar no discurso público – mas é

⁵ Os decisores políticos apelariam por esta altura com insistência para uma actuação policial enérgica, de modo a retirar os arrumadores dos espaços públicos. Este apelo seria tão insistente que o comandante da Polícia Municipal do Porto apresentaria a sua demissão, dizendo estar a ser alvo de pressões para um tipo de actuação que estava fora do âmbito da Polícia Municipal. Também por esta altura, procurando uma base de legitimação para uma actuação repressiva da polícia, o presidente da CMP fazia a sugestão ao grupo parlamentar do PSD para propor a actividade de arrumação de automóveis como ilícito penal.

necessário detalhar claramente que factores são realmente esses, como se inscrevem nas dinâmicas actuais da área metropolitana do Porto e do país e como chegamos aos grupos e a cada indivíduo vítimas destes processos. Destas questões devem emergir respostas interventivas cujos resultados visíveis levam muito mais tempo do que o tempo que demora a «limpar» as ruas dos centros urbanos, desimpedindo-as dos actores que são a face visível das desigualdades, das segregações e do acesso à cidadania.

NOTA FINAL

O modo como temos construído as imagens da cidade degradada oscila entre representações catastróficas que a dizem palco da incidência desenfreada da delinquência, da droga e da falta de segurança, e representações que tendem a sublinhar a vitimação a que estão sujeitos os seus residentes. No primeiro caso tais zonas constituem figuras da ameaça das quais a cidade deve defender-se; no segundo constituem territórios acossados, frequentemente invadidos pelo *voyeurismo* mediático e pela repressão policial e a sua condição de vítimas deve merecer da cidade políticas reparadoras.

A história demonstra que, quando paira a ameaça da crise colectiva, o medo conduz-nos a optar mais facilmente por políticas comandadas pela primeira dessas representações. Meramente reactivas, pensadas para o curto prazo, não invertem o curso dos fenómenos e têm consequências na erosão da coesão social e no agravamento das tensões. Agitando o fantasma da perigosidade, criam a ilusão momentânea de intervir dum modo decidido – mas limitam-se, como demonstram os factos, a provocar deslocamentos espaciais dos problemas. Tais deslocamentos, é preciso reconhecê-lo, são dotadas de eficácia simbólica: afastam da percepção imediata a «má cidade», o que pode ter resultados políticos proveitosos no curto prazo.

O debate sobre as respostas a levar a cabo no âmbito das políticas sociais é atravessado por um debate mais geral, que, por demasiado presente, ameaça navegar nas águas turvas das discussões apaixonadas: o debate sobre o destino das nossas sociedades, num jogo de forças entre o domínio do neo-liberalismo que governa a globalização e a aposta na sobrevivência das qualidades essenciais do Estado social, verdadeira marca identitária das sociedades que são produto histórico da Modernidade. É na predominância de um ou de outro destes pólos do debate que se jogará o futuro das políticas de cidade – e dependerão dos cenários assim criados os vários estilos e dinâmicas possíveis no desenvolvimento da intervenção social.

BIBLIOGRAFIA

- DUBET, F. e LAPEYRONNIE, D. (1992). *Les quartiers d'exil*. Paris: Éditions du Seuil.
- FERNANDES, L. (2004). Bases ecossociais do sentimento de insegurança. *Educação, Sociedade & Culturas*, 21, pp. 93-1123.
- FERNANDES, L. e PINTO, M. (2004). El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad. *Monografías Humanitas*, 5: 147-162.
- ILUNDAIN, E. (2004). Drogas, enfermedad y exclusión. Can Tunis (Barcelona) como paradigma? *Monografías Humanitas*, 5: 105-118.
- MACHADO, C., & MANITA, C. (1999). In C. da AGRA (Dir.), *Insegurança Urbana na Cidade do Porto*. Estudos Interdisciplinares, vol.I, Porto: Observatório Permanente de Segurança.
- SKOGAN, W. (1990). *Disorder and decline: crime and spiral of decay in american neighbourhoods*. Berkeley and Los Angeles: University California Press.
- TAYLOR, R. (1987). Toward an environmental psychology of disorder: delinquency, crime, and fear of crime. In D. Stokols e I. Altman (Eds.) *Handbook of environmental psychology*. EUA: JOHN WILLEY & Sons.
- WACQUANT, L. (2001). *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan.
- WILSON, J. & KELLING, G. (1982). Broken Windows: the police and neighborhood safety. *Atlantic Monthly*, pp. 29-38.
- ZALUAR, A. (2002). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

«ANJOS NO INFERNO» – O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOBRE AS CRIANÇAS

TERESA ROSMANINHO

Assessora do Ministério da Justiça, Instituto de Reinserção Social;
Presidente da Associação Soroptimist Internacional Clube do Porto Invicta

NOTA PRÉVIA

Gostaria de agradecer o amável convite endereçado pela Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, na pessoa da Dra. Ana Maria Serapicos, revelando o excelente trabalho de organização e a pertinência do tema. A minha exposição tem como objectivo alertar os profissionais e estudantes aqui presentes para o sofrimento e o trauma das crianças que estão a viver vidas de violência doméstica.

RESUMO

A violência doméstica é geralmente abordada do ponto de vista dos adultos, em que a vítima é mulher e o agressor é homem. O artigo 153º do Código Penal Português tipifica o crime de maus-tratos entre cônjuges mas, vários países, já hoje criminalizam também o facto de as crianças/filhos serem expostos a vivências de violência doméstica na família. Apresentaremos um resumo do impacto da violência doméstica sobre as crianças, segundo a idade e o sexo.

O que é a violência doméstica?

Segundo a Resolução 48/104 das Nações Unidas, podemos encontrar uma primeira definição de violência doméstica: "Todo o acto de violência baseado no género, do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais actos e coacção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra na vida pública ou privada."

Esta definição abrangente não esquece formas de violência, por vezes secundarizadas ou esquecidas, como é o caso da violência psicológica resultante de ameaças e de coacção.